



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
1º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

2007



Sumário

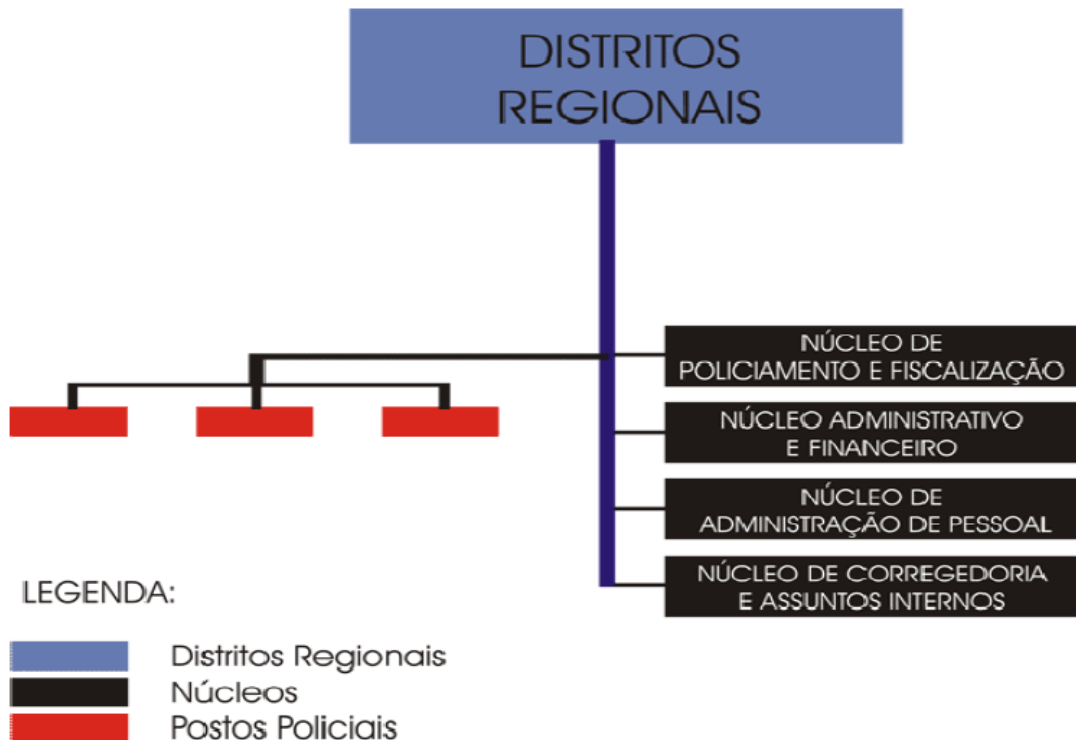
1. Identificação da Unidade	3
Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada	3
Estrutura organizacional do 1º DRPRF/DF	4
Apresentação.....	4
Responsabilidades Institucionais	4
2. Estratégias de Atuação	10
Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias	10
Reforço nas ações de combate à criminalidade	11
3. Programas	11
Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	11
Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais	15
Programa 0750 - Apoio Administrativo	19
4. Desempenho operacional	22
Cálculo dos indicadores	22
Análise crítica dos resultados alcançados	22
5. Resultados das ações operacionais desenvolvidas	27
Operações de Combate ao Crime	27
6. Recursos Humanos	30
Capacitação	30
Gestão de Recursos Humanos	31
7. Gestão Administrativa	35
Contratações realizadas na unidade	35
Gestão de suprimento de bens e serviços	35
8. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal	37
9. Conclusão	37
Anexo A – Demonstrativo de Tomada de Contas Especiais	38
Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades	39
Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo	40
Anexo D – Recomendações de órgãos de controle	41
Tribunal de Contas da União	41
Controladoria Geral da União.....	41
Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no exercício	43
Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	44

1. Identificação da Unidade:

1.1. Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla: 1º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 1º DRPRF/DF
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta.
Vinculação Ministerial: Integrante da estrutura do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, subordinado ao Ministério da Justiça.
Norma de criação e finalidade: A criação desta Unidade Regional obedece às disposições da Portaria nº 3.741 de 16/12/2004, sendo que a principal finalidade é, entre outras, assegurar a livre circulação nas rodovias federais sob sua circunscrição, exercendo o poder de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação, bem como a preservação da integridade física e patrimonial dos usuários.
CNPJ: 00.394.494.0136/29.
Nome e código no SIAFI: 200141 – 1º DISTRITO REG. DE POLÍCIA RODOV. FEDERAL-DF
Código da UJ titular do relatório: 200141 - 1º DISTRITO REG. DE POLÍCIA RODOV. FEDERAL-DF
Códigos das UJ abrangidas: Não consolida outras unidades
Endereço completo da sede: BR 040 km 01, Área Alfa – Santa Maria – Brasília/DF
Endereço da página institucional na <i>internet</i> : www.dprf.gov.br
Situação quanto ao funcionamento: Em pleno funcionamento
Função de governo predominante: Segurança Pública
Tipo de atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI: 200141 – 1º DISTRITO REG. DE POLÍCIA RODOV. FEDERAL-DF

1.2. Estrutura organizacional do 1º DRPRF/DF



1.3. Apresentação

Este relatório de gestão, elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 47, de 27.10.2004, Decisão Normativa TCU nº 85/2007, Portaria CGU nº 1950, de 28.12.2007, contendo a Norma de Execução nº 05/CGU, tem como objetivo demonstrar as realizações e os resultados operacionais em função das metas estabelecidas para o exercício 2007.

O 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, dentro dos princípios da Legalidade, Moralidade, Publicidade e Impessoalidade, procurou cumprir sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias federais, de forma a oferecer à sociedade um atendimento de qualidade.

1.4. Responsabilidades Institucionais:

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança

proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso,

a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2007, o 1º DRPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

O 1º DRPRF, por meio do policiamento ostensivo nos 762,3 km de rodovias federais sob sua circunscrição, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O Exercício de 2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com a autuação de 9.268 multas por excesso de velocidade, com 100 flagrantes de alcoolemia ao volante e um total de 32.228 autuações contabilizadas em rodovias sob circunscrição desta UJ, não se conseguiu reduzir o número de mortos e feridos em 2007, sendo que, tecnicamente, o último pode ser considerado estável. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes com vítimas.

Entre os fatores conjunturais que dificultaram obter uma redução destes números, destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego via terrestre nos feriados prolongados; a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, que abarrotou as rodovias e, por via de consequência, aumentou a probabilidade de acidentes e, por último; a melhoria das condições das rodovias, reforçando o paradoxo de que quanto melhores as pistas, elevam-se de forma considerável os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A seguir, é apresentado quadro comparativo da estatística referente aos anos de 2006 e 2007 onde se verifica a variação da quantidade de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais sob circunscrição do 1º DRPRF/DF. Os dados são relacionados somente com a frota de veículos do Distrito Federal, porém o trecho de responsabilidade desta regional abrange vários municípios de Goiás e entorno por onde circula diariamente uma grande quantidade de veículos. Com a recente aquisição de contadores volumétricos será possível relacionar o número de acidentes, mortos e feridos com o fluxo de veículos nas principais rodovias.

Tabela 1. Estatísticas de acidentes 2006 e 2007.

ÍNDICE DE ACIDENTES	2006	2007
Total de Acidentes	2468	2454
Frota no DF*	891013	973949
Acidente/10.000 veíc.	28	25
Varição do Índice (%)		-9,03
Mortos	129	150
Mortos/1.000.000 veíc.	145	154
Varição do Índice (%)		6,38
Feridos	1988	2178

Feridos/1.000.000 veíc.	2231	2236
Varição do Índice (%)		0,23

Fonte: Relatório Operacional Diário - ROD (2006 e 2007).

* - Fonte DENATRAN (Dezembro de 2006 e 2007).

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de 110.000 veículos foram fiscalizados.

Em 2007 foram realizadas 34 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de 16.141 gramas de cocaína, 476.529 de maconha, 13.363 de crack e 6.700 gramas de merla, detenção de 46 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 61 armas de fogo. Como defensor do meio ambiente, o 1º DRPRF também mostrou empenho. Apesar da reduzida incidência de crimes ambientais na região sob circunscrição desta UJ, foram apreendidos 70 metros cúbicos de madeira extraída de forma irregular. Mais de 40 animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Também foram apreendidos de 500 quilos de pescado irregular, que seria comercializado na região.

Por mais um ano, o 1º DRPRF combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou crianças e adolescentes de áreas de risco com as operações *Anjo da Guarda* e *Sexta Feira Treze*. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Os XV Jogos Pan-Americanos, cuja segurança foi organizada e supervisionada pela SENASP, também marcaram a atuação do 1º DRPRF em 2007, que enviou 22 policiais altamente treinados. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da *Operação Podium*. Durante trinta dias, 295 criminosos foram presos no estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadoras, dólares e reais provenientes de ações criminosas.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

Item	Unidade de medida	Quantidade em 2006	Quantidade em 2007
Pessoas Detidas	unidade	576	645
Maconha	grama	43.638	476.529
Cocaína	grama	34.734	16.141

Merla	grama	9.631	6.700
Crack	grama	0	13.363
CD/DVD's	unidade	45.961	10.829
Cigarro	pacote	3.710	0
Combustíveis	litro	0	4.500
Informática	unidade	1.994	330
Eletrônicos	unidade	320	5.859
Medicamentos	unidade	666	132
Armas	unidade	37	69
Munições	unidade	417	763
Animais Silvestres	unidade	20	42
Veículos Recuperados	unidade	142	182
Veículos Fiscalizados	unidade	114.810	114.935

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integrada, com a aquisição de 15 computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração. Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de toda a Regional. Segue tabela com principais aquisições na área de informática:

Descrição	Quantidade
Estação de Trabalho	20
Monitor LCD	23
PDA	15
Impressoras para PDA	30

Além destes itens, foram adquiridos contadores volumétricos de veículos. Estes equipamentos de última geração serão instalados no DF e entorno, a fim de levantar dados sobre o fluxo de veículos, no intuito de subsidiar o planejamento da alocação de recursos humanos e materiais para as rodovias com maior intensidade de fluxo e acidentes. A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, foram adquiridas câmeras de monitoramento, que serão instaladas em três unidades operacionais da regional. Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2. Estratégias de Atuação

Em consonância com o DPRF, os principais objetivos traçados por esta regional para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;

2.1. Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe do posto que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram na obtenção das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

Outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. Foi verificado que uma grande quantidade de postos tem como competência fiscalizar mais de 300 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto. Nestes postos, com grande malha rodoviária para fiscalizar, verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como consequência a não fiscalização dos pontos críticos distantes do posto.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, nas sedes central e regional e nas delegacias. A contratação de servidores administrativos liberaria um contingente significativo de policiais para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas:

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorria em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontece por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT, que deverá priorizar a aquisição destes equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego.

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final de 2006.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização. O crédito extraordinário, para compra dos contadores volumétricos foi liberado apenas em dezembro, portanto os efeitos da compra destes equipamentos só se farão sentir em 2008, quando da sua entrega e utilização.

2.2. Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade.

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para os 500 policiais que participaram da segurança dos Jogos Pan-americanos.

3. Programas

3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne

Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira - CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

3.1.1. Principais Ações do Programa

AÇÃO 11MC: Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Nesta ação somente foi descentralizado pelo DPRF o valor de R\$ 6.847,00 para cobrir despesas com remanescente de obra do exercício anterior (Posto da BR 060, KM 13/DF).

AÇÃO 1821: Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.

Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Reforma e recuperação do posto Sipaúba de Cristalina, BR040, km 87/GO - R\$47.689,99.

Contratação de empresa para elaboração de Projeto de Segurança Orgânica para a sede da regional – R\$ 6.980,00.

AÇÃO 1835: Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rodrigo Faustino de Araújo Lima

A estrutura de rede e de armazenamento de dados da regional em 2007 estava em situação precária. Estações de trabalho convencionais eram utilizadas como servidores de rede e possuíam configuração muito inferior à necessária para atender as demandas de serviço. Com a aquisição de cinco servidores de rede os dados e informações essenciais para o funcionamento da regional podem ser armazenados de forma apropriada aumentando a segurança, confiabilidade e velocidade do sistema.

A aquisição dos Talões Eletrônicos (PDA) possibilita a elaboração dos autos de infração agregando a consulta a indivíduos e veículos no mesmo dispositivo. Aumenta assim a eficiência do processo de notificação de usuários e dá a mobilidade necessária ao serviço policial nas rodovias. O procedimento atual de notificação dos usuários infratores é iniciado no preenchimento do auto de infração com duas vias, os dados do auto inseridos no sistema de multas pelo policial e a primeira via do auto era enviada ao Setor de Multas e Penalidade. O auto então era digitalizado gerando um arquivo que necessitava de grande capacidade de armazenamento. Com o advento do PDA, esse procedimento se resume à imediata inserção dos dados no sistema no local da infração no ato da notificação tornando mais eficiente e menos burocrática a fiscalização de trânsito.

Qtd	Descrição	Valor Unitário
5	Processador AMD Sempron 2600 ou 2800 754	R\$ 112,65
1	Processador P IV 775 3.0	R\$ 207,52
10	HD Sata 160 GB	R\$ 158,88
3	Monitor LCD 19"	R\$ 607,80
10	Pen Drive 2 GB	R\$ 63,00
2	Patch Panel	R\$ 90,00
1	Caixa de cabo de rede Cat 5 300m	R\$ 284,30
5	Memória 1GB DDR 400	R\$ 109,00
6	Hub 8 portas	R\$ 37,71
20	Estação de trabalho	R\$ 1.353,52
20	Monitor 17"	R\$ 463,00
3	Monitor 19"	R\$ 607,80
10	No-Break 700 VA	R\$ 228,99
5	Capa para Note-Book 15"	R\$ 150,00
4	Adaptador ATA	R\$ 90,00
1	Rack	R\$ 4.750,00
30	IP Fone	R\$ 135,29
200	Conector RF45	R\$ 0,23
6	Câmera Digital 5.1	R\$ 381,65
1	Servidor Monoprocessado	R\$ 6.264,00
4	Servidor Bi-processado	R\$ 8.366,00

Aquisições com recursos descentralizados por Crédito Extraordinário: R\$ 257.783,07

3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

3.2.1. Principais Ações do Programa

AÇÃO 2524: Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da	Neemias Gonçalves de Carvalho

ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Leonardo Acácio R. De Oliveira

O recurso disponibilizado foi utilizado no pagamento de diárias para Policiais desta regional na participação do Curso de Operações Especiais realizado pelo Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial do Rio de Janeiro. Com o aumento do crime organizado em todo o território nacional, tornou-se necessária a especialização das polícias no manuseio e utilização de armamentos modernos e com maior poder de fogo. Como pode ser observado nas tabelas anteriormente relacionadas, a quantidade de armas e munições, inclusive de uso restrito das Forças Armadas, apreendidas no DF e Entorno aumentou significativamente. Esse aumento no número de prisões e apreensões está diretamente relacionado com a capacitação do efetivo na área operacional, pois, ao realizar esse tipo de treinamento, o policial ganha mais segurança em operações de combate à criminalidade.

Ao se considerar um efetivo de 111 policiais atuando na atividade fim, o valor disponibilizado se mostra extremamente insuficiente para que se obtenham impactos positivos. O resultado demonstrado pela unidade se deve em grande parte pelo esforço e empenho dos servidores privilegiados com os cursos de capacitação em transmitir o conhecimento aos demais.

Recursos utilizados nesta ação: R\$ 9.824,64

AÇÃO 2723: Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos

	e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira

Durante o exercício de suas várias atribuições, o Policial Rodoviário Federal, se depara com as mais diversas situações. Em escalas de 12 ou 24 horas, esses servidores fazem socorro à vítimas, atendimento de acidentes, fiscalização de trânsito e combate a criminalidade. Enfrentando condições climáticas adversas, percorrem trechos que variam de 150 a 200 km. Para viabilizar tal dinâmica de trabalho, necessitam de viaturas bem conservadas com pneus, cones de sinalização e lanternas assim como um conjunto de uniforme apropriado que suporte o desgaste causado por todas essas atividades, para que assim seja possível realizar um atendimento seguro e eficaz aos usuários da rodovia.

No ano de 2007, o 1º Distrito Regional em conjunto com o DPRF, utilizando as vantagens advindas do Sistema de Registro de Preços, pôde realizar a aquisição de um par de botas operacionais, um par de camisas, camisetas e calças para todo seu efetivo melhorando assim suas condições de trabalho.

Em 2007 foi possível adquirir, com os recursos descentralizados, cones de sinalização para suprir os cinco postos e mais de trinta viaturas além de outros equipamentos.

Aquisição de uniformes/fardamento	Botas operacionais, camisas e camisetas para todo o efetivo.	R\$ 57.083,57
Manutenção da frota	Peças, serviços de reparo, manutenção preventiva, óleo lubrificante, filtros e pneus.	R\$ 159.284,35
Pagamento de diárias de operações	Diversas operações de combate à criminalidade e fiscalização de trânsito.	R\$ 72.773,76
Aquisição de material de policiamento	Cones de sinalização	R\$ 17.185,00
	Máquina de recarga de munições para treinamento.	R\$ 8.130,00

ACÇÃO 4290: Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às

	vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local	Leonardo Acácio Rodrigues de Oliveira

Para adequar o resgate de vítimas no atendimento a acidentes, foram adquiridos equipamentos de socorrismo para comporem as viaturas resgate distribuídas ao longo do trecho sob circunscrição da regional.

Gastos com materiais de saúde diversos: R\$ 8.830,98

AÇÃO 4526: Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO

Recursos utilizados no pagamento de diárias operacionais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho, pirataria, entre outros.

Gastos na ação: R\$ 7.732,50.

AÇÃO 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Valor utilizado na capacitação de Policiais Rodoviários Federais lotados no 1º Distrito Regional: R\$ 1.356,91

3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe

Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

3.3.1. Principais Ações do Programa

AÇÃO 2000: Administração da Unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto

A classificação de maior importância na ação Administração da Unidade é a “Gestão e Administração do Programa”. Esta é responsável por manter todos os contratos continuados indispensáveis ao funcionamento da atividade meio inclusive com os custos de repactuações e possíveis reequilíbrios advindos destes compromissos.

Contratos de:

- Limpeza e conservação dos postos e da sede administrativa.
- Apoio administrativo com serviços de copa, secretariado, telefonista, técnico de informática e bombeiro-eletricista.
- Reprografia e impressão com fornecimento de suprimentos.
- Serviço de vigilância nas edificações e pátios de guarda de veículos.
- Estagiários de nível médio e superior.
- Fornecimento de café, água e açúcar.

Além dos contratos esta ação é responsável também por custear todo o material de expediente, material permanente e mobiliário para os cinco postos e unidades administrativas da regional. Vale ressaltar que o produto da atividade fim impacta diretamente na atividade meio. Quanto maior a produção com atendimento à acidentes, fiscalização de trânsito, combate à criminalidade, auxílio à usuários e outras diversas atribuições desta instituição, maior a necessidade de apoio logístico. Apoio este que engloba a impressão de boletins de acidente, processamento de notificações incluindo comissões para análise de recursos e defesa prévia, manutenção de sistemas *on-line* (sistema de multas, BR-Brasil, *Intranet*, *Internet* e outros), manutenção predial além de outras necessidades inerentes ao serviço público.

A classificação “Serviços públicos nas unidades operacionais” representa o pagamento do fornecimento de água, energia elétrica entre outros serviços básicos para o funcionamento de qualquer órgão.

Os custos de serviços de telefonia relacionados abaixo são referentes a doze linhas de telefones celulares distribuídas aos chefes de núcleos e de postos, seis linhas de telefonia fixa para os postos da regional, duas linhas fixas para o Centro de Informações Operacionais – CIOP, sendo uma exclusiva para o telefone 191, e outras oito ligadas ao PABX.

A fim de reduzir o custo de ligações telefônicas, está no planejamento de 2008 realizar licitação para contratar um serviço de telefonia mais moderno para os postos e para a sede. O sistema utilizado atualmente em quatro postos é o *Ruralvan*, que apresenta problemas constantemente além de ter um custo elevado, pois possui tarifação das ligações realizadas e recebidas. As linhas da sede são analógicas e dessa forma necessitam de uma central telefônica (PABX) além de uma telefonista para repassar as ligações aos ramais. Com a implantação de uma linha digital é possível utilizar o sistema de Discagem Direta à Ramal (DDR) que atribui um número de telefone para cada ramal não necessitando mais de uma pessoa contratada para transferir ligações.

Serviços públicos nas unidades operacionais	R\$ 164.368,73
Diárias Administrativas – CGA	R\$ 2.827,12
Diárias Administrativas – Direção Geral	R\$ 2.984,16
Leilão de veículos oficiais	R\$ 6.466,91
Diárias e passagens para corregedoria	R\$ 13.167,44
Gestão e Administração do programa	R\$ 1.780.472,23
Serviço de telefonia fixa e celular	R\$ 139.260,25

4. Desempenho operacional

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	INDICADOR
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
		Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
1386	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
0750	Apoio Administrativo	Não possui indicador

4.1. Cálculo dos indicadores

Programa 0663

- Indicador 1: Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia).

Fórmula de cálculo: $Im = \left(\frac{N^{\circ} \text{ de mortos}}{N^{\circ} \text{ de vítimas}} \right) \times 100.$

Responsável pelo cálculo: Coordenação Geral de Operações/DPRF.

- Indicador 2: Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Ia = \left[\left(\frac{N^{\circ} \text{ de acidentes ano atual}}{N^{\circ} \text{ de acidentes ano anterior}} \right) - 1 \right] \times 100.$

Responsável pelo cálculo: Coordenação Geral de Operações/DPRF.

Obs.: As fórmulas dos indicadores do programa 0663 foram readequadas no novo PPA 2008-2011.

Programa 1386

- Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = \left(\frac{Unid. Adequadas}{Total de Unidades} \right) \times 100.$

Responsável pelo cálculo: Coordenação Geral de Planejamento e Modernização.

4.2. Análise crítica dos resultados alcançados

4.2.1. Programa 0663

Metas Físicas: Redução do número de acidentes e mortes em relação a 2006.

4.2.1.1. Taxa de mortalidade nas rodovias federais

Número de Mortos 2006.....129 Número de Mortos 2007.....150

Número Total de Vítimas 2006....2.117 Número Total de Vítimas 2007..... 2.328

$Im\ 2006 = (129 / 2.117) \times 100 = 6,09\%$ $Im\ 2007 = (150 / 2.328) \times 100 = 6,44\%$

Registrou-se um percentual maior na taxa de mortalidade nas rodovias federais na malha viária do 1º DRPRF/DF. Este Distrito Regional investiu em Resgates e realizou convênios com o SAMU/DF e acordos com municípios do Entorno para atendimento a acidentes, além de mensalmente enviar ao DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura dos Transportes) projetos de obras para melhorias na engenharia de tráfego e fluidez do trânsito nas rodovias para minimizar os índices de mortes e de acidentes sem, no entanto, sermos atendidos.

No primeiro trimestre de 2007 iniciou-se neste Distrito o combate ao excesso de velocidade através de medidores estáticos, no segundo semestre foi solicitado ao DNIT a colocação de placas de fiscalização eletrônica de velocidade associadas com a placa indicadora de velocidade máxima (R-19) ao longo de toda a malha viária em intervalos de 5 em 5 quilômetros sem, no entanto, sermos atendidos.

Em 2007 o Distrito elevou em 0,11% o número de veículos fiscalizados e contabilizou 271 notificações a condutores embriagados contra 48 notificações em 2006, reduzindo com isto o número total de acidentes em 0,57% em relação a 2006. Contudo, o baixo efetivo do Distrito e o reduzido número de viaturas impossibilitam o rápido deslocamento da unidade policial ao local do acidente, o que contribui para aumento da taxa de mortalidade.

Segue abaixo estatísticas de acidentes com mortes dos dois últimos anos para compreendermos o motivo do aumento da taxa de mortalidade:

Nº de Acidentes com Mortes			
Fonte: Datatranweb			
BR	2006	2007	Delta
20	33	34	1
40	28	38	10
50	4	3	-1
60	14	21	7
70	19	23	4
251	5	11	6
450	7	3	-4
Total geral	110	133	23

Tabela 4.3a – Acidentes com mortes por rodovia federal

Nº de Acidentes com Mortes			
Fonte: Datatranweb			
Tipo de Acidente	2006	2007	Delta (%)
Atropelamento de pessoa	32	49	17
Capotamento	12	10	-2
Colisão com bicicleta	4	13	9
Colisão com objeto fixo	5	2	-3
Colisão com objeto móvel	2	0	-2
Colisão frontal	25	17	-8
Colisão lateral	2	8	6
Colisão Transversal	10	9	-1
Colisão traseira	7	12	5
Queda de motocicleta / bicicleta / veículo	0	1	1
Saída de Pista	11	11	0
Tombamento	0	1	1
Total geral	110	133	23

Tabela 4.3b – Acidentes com mortes por Tipo de Acidente

Nº de Acidentes com Mortes			
Fonte: Datatranweb			
Fator Contribuinte	2006	2007	Delta
Defeito mecânico em veículo	1	1	0
Defeito na via	1	0	-1
Desobediência à sinalização	5	6	1
Dormindo	1	2	1
Falta de atenção	22	33	11
Ingestão de álcool	2	6	4
Não guardar distância de segurança	0	1	1
Outras	61	65	4
Ultrapassagem indevida	9	8	-1
Velocidade incompatível	8	11	3
Total geral	110	133	23

Tabela 4.3c – Acidentes com mortes por Fator Contribuinte

Item	Obras Solicitada ao DNIT desde Maio de 2007, sem atendimento até os dias atuais
a.1	Revitalização dos acostamentos na BR 251, compreendendo os trechos de DF (Km 00 ao 42) e GO (Km 00 ao 34).
a.2	Acréscimo de mais uma faixa do viaduto do Catetinho (BR 450 km 32/DF) à divisa do DF com GO (BR 040 km 8,3/DF).
a.3	Remoção do posto da Receita Federal na BR 040 km 2,9 DF sentido decrescente para trás do viaduto de Santa Maria, ou para local mais afastado da rodovia, ou para as proximidades do monumento Solarius (Chifrudo – BR 040 km 5,7 / DF).
a.4	Sinalização vertical ao longo da BR 251 trecho do DF e do GO.
a.5	Iluminação do trecho compreendido entre Valparaíso / GO e Luziânia / GO, ou seja, entre os Km's 00 e 25 da BR 040/GO.
a.6	Construção de passarelas de pedestres nos seguintes pontos da BR 040: no Km 0,2/GO (Cidade Jardins); no Km 1,5/GO; no Km 3,2/GO (em frente ao Valparaíso Shopping); no Km 7,5/GO (em frente a FIPLAC); no Km 9,0 (em frente a BUNGE); no Km 9,1/GO (em frente ao Posto IPÊ); no Km 21,3/GO (em frente ao Posto São Cristovão).
a.7	Na impossibilidade do item a.2: Recapeamento do trecho entre o Catetinho (BR 450 km 32/DF) e o Posto ALFA (BR 040 km 01 / DF) no sentido crescente.
a.8	Construção/Reforço de muro/barreira no canteiro central sob as passarelas da BR 040 kms 1,8/DF ; 2,3/GO ; 12,3/GO ; e sob as solicitadas no item a.6 acima.
a.9	Remoção da Barreira Eletrônica do km 2,9 DF (BR 040) sentido decrescente para trás do viaduto de Santa Maria.
a.10	Melhorar os seguintes retornos da BR 040: do Km 05/DF (Entrada da Marinha), do Km 06/DF (Entrada da Saia Velha), do Km 6,9/DF, do Km 7,5/DF, do Km 3,2/GO (Valparaíso Shopping), do Km 4,3/GO, do Km 5,2/GO (Boi na Brasa), 7,5/GO (Acesso a Cidade Ocidental). Tal melhoria pode ser aumento das faixas de aceleração e desaceleração ou a remoção do mesmo para local mais seguro, ou a eliminação do retorno.
a.11	Construção de 03 viadutos: a) no Km 00 da BR 040/DF (Balão do DNIT) onde a BR 040/DF encontra a BR 251/DF; b) no Km 7,6 da BR 040/GO (Acesso a Cidade Ocidental); c) no Km 24/GO (Acesso a Luziânia).
a.12	Sinalizar as passarelas de pedestres no trecho entre os Km's 00 e 05 da BR 040/GO.
a.13	Reformar as Passarelas: do Valparaíso na BR 040 Km 2,3/GO; do Jardim Ingá na BR 040 Km 12,3/GO.

Tabela 4.3d – Tabela com as solicitações de obras ao DNIT

Analisando as tabelas acima, conclui-se que as rodovias federais BR 040, 060 e 251 tiveram aumento significativo no número de acidentes com mortes. Todos os acidentes ocorridos na BR 251 foram em trechos sem iluminação e de pista simples. A rodovia BR 060 esteve em grande parte do ano de 2007 em obras, cujos inúmeros desvios e ausência de sinalização adequada contribuíram para tal aumento.

A rodovia BR 040 é a mais crítica de toda a malha viária, pois, além de apresentar o maior número de acidentes com mortes em valor absoluto, apresentou o maior acréscimo em relação a 2006. O aumento exacerbado de residências e comércio às margens da rodovia BR 040 alterou seu ambiente de rural para urbano.

O excesso de pedestres, ciclistas e veículos, associado a retornos irregulares, passarelas de pedestres danificadas e ausência de passarelas de pedestres em alguns trechos críticos, congestionamentos enormes em horários de pico, falta de iluminação em todo o trecho de Goiás, retornos sem faixa de desaceleração ou de aceleração e falta de sinalização adequada, foram fatores que contribuíram para o aumento de 35,71% no número de acidentes com mortes na rodovia BR 040.

Nesta nova realidade urbana em que vivem os usuários das rodovias federais sob circunscrição do 1º DRPRF/DF está refletida na Tabela 4.3b que se destacam os

Atropelamentos de Pedestres, as Colisões com Bicicletas e as Colisões Laterais como os tipos de acidentes predominantes nos acidentes com mortes.

A Tabela 4.3c mostra através dos Fatores Contribuintes como Ingestão de Álcool e Velocidade Incompatível que nossas rodovias tratadas como rurais (sem iluminação e com velocidade máxima de 80 km/h) estão atravessando grandes aglomerados urbanos, onde pedestres residem às margens das rodovias e bebem álcool juntamente com os condutores dos veículos nos inúmeros estabelecimentos comerciais com acesso direto às rodovias federais.

Esperamos que a Medida Provisória que proíbe a venda a varejo de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais venha contribuir na redução desta taxa de mortalidade neste ano de 2008 e nos próximos anos.

Segue na Tabela 4.3d a listagem das obras solicitadas ao DNIT desde maio de 2007, que foi tema de inúmeras reportagens, e cujas obras não foram atendidas até os dias atuais.

4.2.1.2. Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais

Número de Acidentes 2006.....2.468

Número de Acidentes 2007..... 2.454

$$Ia = [(2.454/2.468) - 1] * 100 = -0,57\%$$

Mesmo diante do aumento da frota nacional, do acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, e ainda com a crise do setor de Aviação Civil que motivam cidadãos a utilizarem as rodovias federais nos deslocamentos interestaduais, o 1º Distrito apresentou redução do número de acidentes.

Diante da atual realidade das rodovias federais (más condições e ausência de sinalização e iluminação), e da atual realidade da Polícia Rodoviária Federal (baixo efetivo, poucas viaturas e carência de novos Postos), esperava-se um aumento do número total de acidentes neste Distrito, conforme os dados nacionais.

4.2.2. Programa 1386

A metodologia de cálculo do Coeficiente de Adequação Física (I_{ADQ}) foi elaborada para o exercício de 2007 não sendo possível fazer comparações com o ano anterior.

A regional analisou para cada posto a adequação física, a adequação quanto à tecnologia da informação e quanto às viaturas operacionais. Onde a regional considerou que o posto está adequado no item em análise, recebe o valor "1", se o posto não estiver adequado naquele item recebe o valor "0". A planilha faz a soma dos pontos e informa o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas conforme mostrado abaixo:

	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE				
	Espaço Físico	Aspecto Externo	Instalações	Infra-Estrutura	Soma Pontos / 4
Posto ALFA	1	0	0	0	0,25
Posto CRISTALINA	1	0	1	1	0,75
Posto ZARZUR PACHECO	1	1	0	1	0,75
Posto FORMOSA	1	0	1	0	0,5
Posto ALVORADA DO NORTE	1	0	0	0	0,25
TOTAL DO SUB-INDICADOR	100,00%	20,00%	40,00%	40,00%	50,00%

	POSTOS ADEQUADOS QUANTO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
	Equip. de Informática	Rede DPRF/Internet	Sistemas de Rádio	Soma Pontos / 3
Posto ALFA	1	1	1	1
Posto CRISTALINA	1	1	1	1
Posto ZARZUR PACHECO	1	1	1	1
Posto FORMOSA	1	1	1	1
Posto ALVORADA DO NORTE	1	1	0	0,67
TOTAL DO SUB-INDICADOR	100,00%	100,00%	80,00%	93,33%

	POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS		
	Quantidade	Idade	Soma Pontos / 2
Posto ALFA	1	1	1
Posto CRISTALINA	1	1	1
Posto ZARZUR PACHECO	1	1	1
Posto FORMOSA	1	1	1
Posto ALVORADA DO NORTE	1	1	1
TOTAL DO SUB-INDICADOR	100,00%	100,00%	100,00%

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas:

$$I_{ADQ} = \left(\frac{50\% + 93,33\% + 100\%}{3} \right) = \mathbf{81,11\%}$$

Das tabelas, verificamos que o único aspecto que necessita de maior investimento é o físico. Em 2007, como foi demonstrado no capítulo 3, os únicos postos que sofreram algum tipo de reforma foram o de Cristalina e o Zarzur Pacheco. Apesar da reforma no posto de Cristalina, não havia previsão no projeto para a cobertura das viaturas, fazendo com que este posto recebesse uma má avaliação no item *aspecto externo*, pois dessa forma os veículos sofrem um desgaste ainda maior.

É importante ressaltar ainda que os postos de Formosa, Alfa e Alvorada do Norte não receberam qualquer tipo de reforma e manutenção em suas instalações o que deverá aumentar o custo de uma futura reforma. Tomando o exemplo do posto de Formosa, que apesar de ter sido reconstruído há pouco mais de 4 anos, já apresenta problemas estruturais como infiltrações e rachaduras. Sem a devida manutenção, os postos, apesar de novos, terão uma deterioração mais rápida e necessitarão de reformas maiores.

5. Resultados das ações operacionais desenvolvidas

5.1. Operações de Combate ao Crime

a) *Operação Mata Virgem*

Data: 26 de fevereiro a 02 de março de 2007.

Descrição: Operação realizada com o fito de promover ações de fiscalização de

trânsito, prevenção e repressão de ilícitos, visando principalmente o combate à exploração e transporte irregular de madeira nativa, na região de Posse – GO e Correntina – BA, BR 020.

b) *Operação Sexta-Feira Treze*

Data: 13 de abril de 2007.

Descrição: A Operação Sexta-Feira Treze foi desencadeada na noite de 13 de abril de 2007, nos municípios de Brasília – DF, Valparaíso – GO, Luziânia – GO e Santo Antônio do Descoberto – GO. Foram envolvidos, além dos PRFs, agentes da Polícia Civil do Distrito Federal, Policiais Militares do Goiás e Agentes da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. Foram flagradas 2 (duas) menores vítimas de exploração sexual, que foram encaminhadas ao conselho tutelar e o dono do estabelecimento foi preso em flagrante.

c) *Operação Firewall*

Data: 27 de abril de 2007.

Descrição: Operação realizada em conjunto com a Polícia Civil do Goiás, desencadeada para cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão, referente ao processo 200700717212, expedidos pelo M.M. Dr. Leonisson Antônio Estrela, Juiz de Direito da Comarca de Valparaíso – GO. Ocasão em que foi preso em flagrante o Sr. Lorival Dias do Canto (RG 1853375 SSP/DF) por posse ilegal de munição, apreendido veículo Ford Courier de placa JFB 9954/DF, preso o Sr. Jefferson Soares Santana (RG 341189 SSP/RO) por ter mandado de prisão em seu desfavor, preso o Sr. Ivan Kleber de Castro Oliveira (RG 0839427859 SSP/BA) e o Sr. Aires Rafael Jacobina Figueiredo (RG 2151405 SSP/DF). Foram também apreendidos 21 CRLVs em branco, bem como 9 DUTs todos com ocorrência de furto na cidade de Bela Vista de Goiás – GO, na data de 16/04/2007, foram ainda apreendidos diversos equipamentos de informática e eletrodomésticos produto de ilícito.

d) *Operação Pampa 2007*

Data: 05 de junho a 20 de junho de 2007.

Descrição: Operação realizada com o intuito de combate ao crime de roubo praticado por quadrilha especializada em rouba a cargas e a ônibus de transporte interestadual de passageiros. Foi realizada nas BRs 040 e 050 nos município de Cristalina – GO e Catalão – GO. No dia 16 foram presos os Srs. Aldair Pereira Duarte (CPF 497.791.091-53), Hailton Alves de Lima (CPF 815.479.501-78), Alex Oliveira de Luna (CPF 045.496.344-05) e Hamilton Alves de Lima (CPF 905.292.511-91), com eles foi encontrado um arma de fogo (pistola Taurus, calibre .380, modelo PT 58 HC, com numeração raspada), dois carregadores, capuzes e balaclavas. No dia 20 foram cumpridos os mandados de busca e apreensão e prisão, conforme mandados expedidos pela Juíza de Direito Eliana Xavier Jaime Silva. Foram presos os Srs. Fernando Ferraz Rosa (RG 5321067/GO), Jamilton Pereira dos Santos e Paulo Sérgio da Silva (sem documentos pessoais). Com eles foram apreendidos também 01 revolver TAURUS cal. 38 n° JK 378483, 01 carabina cal. 32 n° 223726 (produto de furto), 01 carabina ROSSI cal. 22 n° 627412 (produto de furto), 01 pistola TAURUS cal. 7,65 n° M23757 (produto de furto), 08 munições cal. 38, 04 munições cal. 28, 05 munições cal. 7,62x51mm e diversos itens que haviam sido roubados nos assaltos aos ônibus. Ainda nessa operação foi preso por tráfico de entorpecentes o Sr. Divino Pereira com 12 latas do entorpecente “MERLA”.

e) *Operação Cartela Marcada*

Data: 05 de julho de 2007.

Descrição: Operação realizada com a intenção de combater a exploração irregular de

jogos de azar proibidos em lei (bingos e caça niqueis). Realizada em conjunto com A Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos – AGANP. Foram averiguados 02 estabelecimentos na cidade de Valparaíso – GO, respectivamente: Goldem Bingo e Estabelecimento Águia. Nos estabelecimentos supracitados foram apreendidos 20 máquinas “caça-niqueis” e diversos aparelhos eletrônicos e mobiliários típicos da exploração dessa atividade ilícita.

f) ***Operação Anjo da Guarda***

Data: 11 de outubro de 2007.

Descrição: Operação realizada com objetivo de combater a exploração sexual infanto-juvenil, reprimir o tráfico e uso de drogas e porte ilegal de armas de fogo. Foi realizada nas cidade de Planaltina – DF e Valparaíso – GO, reunindo policiais rodoviários federais, agentes da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal e policiais militares do Goiás, foram abordados estabelecimentos que foram levantados como área de risco e foram encontradas 2 (duas) menores que encontravam-se em situação de exploração sexual, foram presas 3 pessoas, duas por exploração sexual infantil e uma por manter casa de prostituição.

g) ***Operação Cruls***

Data: 15 de outubro a 15 de novembro de 2007.

Descrição: Visando a necessidade de desencadear operação de combate ao crime no Distrito Federal e Entorno em razão do incremento das movimentações criminosas principalmente no que tange ao narcotráfico, ao tráfico de armas, ao contrabando e ao descaminho, foi realizada a Operação Cruls, contando com 54 policiais de outras regionais e 28 policiais do 1ºDRPRF. Operação que objetivou o estrangulamento das movimentações criminosas pelo sistemático patrulhamento das rodovias federais que permeiam a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE.

Foram obtidos os seguintes resultados. *Apreensões de Drogas:* 334,17 Kg de maconha, 6,091 Kg de cocaína, 100 g de crack, 6,7 Kg de merla, 92 caixas de medicamento; *Contrabando e Descaminho:* 51 de bebida, 4730 CDs/DVDs, 6692 itens diversos, 12500 componentes de informática, 9141 equipamentos de informática, 15000 maços de cigarro, totalizando aproximadamente R\$ 500 mil; *Demais ilícitos:* 24 veículos recuperados, 119 pessoas presas, 27 mandados de prisão cumpridos, 10 armas de fogo apreendidas, 195 munições apreendidas, 4 menores encaminhados, 4 animais silvestre apreendidos, R\$ 3154,00 apreendidos, 1200 Kg de laticínios apreendidos, 12 cartões de crédito roubados e 37 documentos falsos.

Ademais do supra-argüido, foram desenvolvidas inúmeras operações de combate à criminalidade na área sob circunscrição deste Distrito no transcorrer do ano de 2007, a exemplo das operações conjuntas realizadas sistematicamente sob a flâmula do Acordo de Cooperação Técnica DF-GO-MG.

Foram relacionadas as operações com repercussão e resultados mais expressivos. Ressalta-se que o Núcleo de Operações Especiais deste distrito tem efetivado metodicamente operações de combate à criminalidade por toda a circunscrição desta Regional e demonstrou repetidas vezes sua efetividade e competência.

Salientamos que os resultados obtidos nas operações desenvolvidas no ano de 2007 tiveram resultados bastante promissores, demonstrando a alta competência e eficácia da Polícia Rodoviária Federal, apesar da escassez de recursos e efetivo.

Não obstante, é mister reconhecer os conspícuos resultados obtidos com a Operação Cruls, demonstrando a potencialidade estratégia do trabalho desempenhado pela Polícia

Rodoviária Federal, baluarte da segurança pública brasileira.

6. Recursos humanos

6.1. Capacitação

6.1.1. Ações de capacitação realizadas

Em resposta ao presente item, informamos que o Núcleo de Administração de Pessoal do 1º DRPRF/DF, por intermédio da Coordenação de Ensino do DPRF, ofereceu aos servidores aqui lotados variados cursos e encontros visando a capacitação dos mesmos. Dentre eles, destacamos:

- Curso de redação de documentos oficiais do DPRF, de 27 a 29 de novembro de 2007
- IV Encontro Nacional de Recursos Humanos, de 1º a 05/10/2007
- Curso de Motoristas/socorrismo do sistema SAMU – Sistema de Atendimento Móvel de Urgência.
- Cursos de fiscalização ANTT – Agencia Nacional de Transporte Terrestre.

6.1.2. Estrutura de capacitação

Atualmente, a capacitação do 1º DRPRF/DF é composta por três linhas de frente: ensino presencial, ensino à distância e educação para o trânsito. Estas linhas de atuação contam, cada uma, com um servidor responsável por suas ações. Tratam-se de Policiais Rodoviários Federais que receberam treinamento específico da Coordenação de Ensino do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para atuar em cada uma dessas vertentes.

6.1.3. Convênios firmados

Apesar do número reduzido de servidores na área de Recursos Humanos, firmamos dois convênios com as prefeituras de Formosa e Luziânia relativamente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, com a destinação de quatro Unidades Móveis e servidores para operacionalização do sistema. Visando melhoria dos serviços de atendimento imediato a acidentes na rodovias, integração da PRF com os agentes públicos vinculados à circunscrição do 1º Distrito e Melhoria da imagem da instituição junto aos beneficiários finais.

6.1.4. Melhoria das condições de trabalho

No âmbito tecnológico, buscando facilitar o trabalho dos servidores nas áreas meio e fim, o Núcleo de Informática deste Distrito adquiriu junto à Sede do DPRF vários equipamentos de informática, com vistas ao reaparelhamento da sede e dos postos do 1ºDRPRF, bem como a modernização dos sistemas de rádio-comunicação e melhoria da intranet em todos os postos de fiscalização.

6.1.5. Previsão de melhorias a serem implementadas em 2008

Este Núcleo de Administração de Pessoal realizou diversas reuniões visando traçar metas e diretrizes a fim de otimizar o setor de capacitação deste Distrito. Foi desenvolvido plano de ação com quatro macro projetos: Projeto de Atualização do Efetivo Policial do 1º Distrito, com o desenvolvimento do programa de treinamento a ser realizado num período de 18 meses. Objetivando em 2008 executar os módulos I e II, buscando levar conhecimentos básicos necessários ao bom desempenho da atividade Policial Rodoviária Federal; Projeto ProsservM. : Conhecer, analisar causas e propor soluções às diversas insatisfações de ordem profissional e/ou pessoal dos servidores lotados no 1º Distrito objetivando motivação e conseqüente melhoria dos níveis de desempenho dos policiais; Projeto Integração e Treinamento Físico: Visa promover a integração dos Servidores lotados no 1º Distrito, Policiais, Terceirizados e estagiários através da programação de jogos, torneios e programas de condicionamento físico e Projeto Memória, objetivando a padronização e catalogação de rotinas do Núcleo : Criar manual com rotinas dos processos existentes no Núcleo objetivando a padronização de condutas e instruções processuais. Durante todo o ano serão realizados (04) quatro módulos de treinamento para implementar o Programa de Atualização para o Efetivo Policial do Quadro do DPRF. Estes módulos compreenderão: Módulo I – Curso de Técnicas Policiais (Técnicas de Abordagem e Técnicas de Defesa Policial); Módulo II – Curso de Amamentamento e Tiro (Pistola PT 100 Cal.40 e Armas Longas); Módulo III – Curso de Salvamento e Atendimento de Acidentes (Salvamento e Acidentes e Levantamento do Local); e Módulo IV – Curso de Policiamento e Fiscalização de Trânsito (Fiscalização de Trânsito, Policiamento e Fiscalização, Corregedoria, Segurança Orgânica e Aspectos da Administração Pública), a fim da otimização e padronização dos serviços prestado e a conservação da imagem da instituição perante a sociedade e os cidadãos que trafegam nas rodovias federais em todo o Brasil.

Será implantado o Projeto servidor saudável e motivado – PROSSERVM, este foi criado com o intuito alcançar um efetivo saudável e satisfeito com sua atual condição pessoal e profissional, com perspectivas, motivado e dedicado para desempenhar suas tarefas cotidianas, comprometido com a missão e os objetivos de seu núcleo e sua regional.

6.2. Gestão de Recursos Humanos

O 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal possui 201 servidores ativos compondo sua força de trabalho que está distribuída entre Núcleos Administrativos onde tais servidores exercem suas atribuições na área meio e os Postos de Fiscalização onde os Policiais Rodoviários Federais atuam na atividade fim. Segue abaixo os quadros demonstrativos que detalham como estes servidores estão lotados.

Quadro de Pessoal – Servidores

Área	UNIDADE	Ativo Permanente		Aposentados		Cedidos		Inst. Pensão		Cargo comissão
		PRF	ADM	PRF	ADM	PRF	ADM	PRF	ADM	
	GABINETE	08	01	13	-	06	-	05	-	01 DAS 101.1
	Núcleo Administrativo e Financeiro - NAF	08	09	-	-	-	-	-	-	01 FG3

Área	UNIDADE	Ativo Permanente		Aposentados		Cedidos		Inst. Pensão		Cargo
MEIO	Núcleo de Administração de Pessoal - NAP	04	-	-	-	-	-	-	-	01 FG3
	Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos - NCAI	04	-	-	-	-	-	-	-	01 FG3
FIM	Núcleo de Operações Especiais - NOE ¹	15	-	-	-	-	-	-	-	-
	Núcleo de Policiamento e Fiscalização - NPF ¹	24	02	-	-	-	-	-	-	01 FG3
	Posto ALFA ¹	29	-	-	-	-	-	-	-	-
	Posto ZARZUR ¹	25	05	-	-	-	-	-	-	-
	Posto SIPAÚBA ¹	20	-	-	-	-	-	-	-	-
	Postos FORMOSA e ALVORADA ¹	43	04	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		180	21	13	-	06	-	05	-	-

1- Os Policiais lotados no NOE, NPF e Postos exercem suas atividades na área fim. Demais servidores ativos, estão na área-meio.

Quadro de Pessoal – Terceirizado e Contratado

Nesta Unidade Regional é utilizada, em conjunto com o efetivo de servidores, a força de trabalho composta por prestadores de serviços terceirizados em diversos setores como assistentes administrativos, telefonistas, motoristas, copeira, bombeiro-eletricista, vigilantes, guardete, serventes e jardineiro. Há também estagiários de níveis médio e superior.

EMPRESAS	ATIVIDADE	CONTRATO	QUANTITATIVO PESSOAL/POSTOS		
			Categoria	Qtd.	Lotação/Área
Patrimonial Ltda	Suporte Operacional e Apoio Administrativo	01/2004	Adm. Nível I	04	NUTEL (01) NPF (02), NAF (01)
			Adm. Nível II	08	NAP(01), GAB(01), NAF(03), NPF(01), NCAI(01), NUTEL(01)
			Telefonistas	02	RECEPÇÃO
			Motoristas	02	TRANSPORTES
			Copeira	01	COPA
			Bombeiro/Eletricista	01	SEDE DO 1º DRPRF/DF
			Vigilante	13	POSTOS

EMPRESAS	ATIVIDADE	CONTRATO	QUANTITATIVO PESSOAL/POSTOS		
Multserv Ltda	Vigilância Armada e Desarmada Distrito Federal	11/2004	Vigilante 12x36 noturno armado		
Ipanema Ltda	Vigilância Armada e Desarmada	02/2006	Vigilante	12	POSTOS
Cidade Serviços Ltda	Limpeza e Conservação	05/2005	Serventes	11	POSTOS E SEDE DO 1º DRPRF/DF
			Jardineiro	01	SEDE DO 1º DRPRF/DF
CIEE	Estágio remunerado	Convênio 001/2005	Nível Superior	01	NAP (01)
			Nível Médio	09	NAF(02), NPF(06), NAP (01)

Servidores Cedidos

Esta Unidade descentralizada possui seis servidores cedidos, sendo que todas estas cessões são com ônus para este órgão. Destes, cinco estão no Ministério da Justiça e um na ANEEL conforme quadro a seguir:

SERVIDOR	MAT.	ÓRGÃO	ÔNUS
CARLOS ANTÔNIO DE AZEVEDO DANTAS	1185576	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	CEDENTE
EZIO RICARDO BORGHETTI	162655	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	CEDENTE
GESSE DE ALENCAR	1071995	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	CEDENTE
GUSTAVO VARGAS DA COSTA	1461287	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	CEDENTE
NARA REGINA DE SIMAS GUIMARÃES*	160777	ANEEL	CEDENTE
PETTERSON SALGADO DE OLIVEIRA	1185058	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	CEDENTE

* À partir de 15 dezembro de 2006 devido às alterações promovidas pela Lei nº 11.292, em seu artigo 5º § 4º a cessão da servidora Nara Regina de Simas Guimarães passou a ser com ônus ao DPRF. Todos os períodos anteriores foram cobrados por meio de ofícios e foi solicitado à CGA/DPRF/MJ, por meio do Memo. 500/2006/NAP/1º DRPRF-DF a confirmação do pagamento, dos últimos meses cobrados nos ofícios nº 704 de 01/09/2005, 800 de 04/12/2005 e 1012 de 24/11/2005, todos emitidos pelo 1º DRPRF/DF. Foi ainda solicitado à CGRH, por meio do Memo 034/2007/NAP/1º DRPRF-DF, o processo de cessão da servidora para instruir nos autos em relação ao ressarcimento de todo o período em que a cessão foi à ônus da ANEEL.

Concessão de benefício

Benefícios	Servidores Beneficiados
Auxílio Natalidade	05

<i>Benefícios</i>	<i>Servidores Beneficiados</i>
Auxílio Transporte	20
Assistência à Saúde	142
Auxílio Alimentação	201
Auxílio Pré-Escolar	40

Controle da Folha de Pagamento

<i>Benefícios</i>	<i>Servidores Beneficiados</i>
Adicional por Tempo de Serviço	22
Adicional Noturno	163
Férias	200
Licença Prêmio por Assiduidade	02

Acompanhamento da Folha de Pagamento

<i>Mês</i>	<i>Servidores Beneficiados</i>
Janeiro	202
Fevereiro	203
Março	205
Abril	205
Maiο	205
Junho	208
Julho	206
Agosto	209
Setembro	208
Outubro	212
Novembro	233
Dezembro	233

7. Gestão Administrativa

7.1. Contratações realizadas na unidade

ORIGEM	OBJETO CONTRATADO	CONTRATO	VALOR (R\$)
Pregão eletrônico	Empresa prestadora de serviços de manutenção (mecânica) para as viaturas da regional.	01/2007	79.763,00
Pregão eletrônico	Empresa prestadora de serviços de manutenção (elétrica) para as viaturas da regional.	02/2007	27.350,00
Dispensa de Licitação	Locação de equipamentos de reprografia e impressão.	03/2007	5.328,00

7.2. Gestão de suprimento de bens e serviços

7.2.1. Aquisição por modalidade

DISPENSA DE LICITAÇÃO			
Nº da dispensa	Nº do processo	Valor (R\$)	Serviço/Descrição
01/2007	08675001265/2006-06	2.300,00	Contratação de empresa especializada no Transporte de móveis
02/2007	08675000064/2007-64	687,00	Serviço de recarga de extintores
03/2007	--	--	--
04/2007	08675000245/2007-91	4.279,00	Aquisição de café e açúcar
05/2007	--	--	--
06/2007	--	--	--
07/2007	08675000203/2007-50	3222,92	Aquisição de cartuchos e toners
08/2007	08675000412/2007-01	7.885,00	Aquisição de filtro de óleo, filtro de ar, óleo lubrificante.
09/2007	08675000288/2007-53	6.980,00	Elaboração de projeto de instalação de segurança física e eletrônica.
10/2007	08675000723/2007-62	2.099,93	Aquisição de bebedouros
11/2007	08675001229/2007-15	1.320,00	Manutenção de viaturas
12/2007	08675001229/2007-15	5.990,94	Manutenção de viaturas
13/2007	08675001415/2007-54	4063,53	Aquisição de materiais de expediente
14/2007	08675001662/2007-51	4.565,40	Suprimentos para copiadora
15/2007	08675001533/2007-62	Anulada	Aquisição de equipamentos de informática – Rack, conversor de fibra, switch, máquina

DISPENSA DE LICITAÇÃO			
Nº da dispensa	Nº do processo	Valor (R\$)	Serviço/Descrição
			copiadora e aparelho de fax.
16/2007	08675001415/2007-54	190,40	Aquisição de materiais de expediente
17/2007	08675001755/2007-85	750,13	Pagamento de Licenciamento e Seguro Obrigatório
18/2007	08675001746/2007-94	2.563,96	Revisão de 10000km rodados, viaturas L200
19/2007	08675001755/2007-85	300,81	Débito de veículos de leilão
20/2007	08675001533/2007-62	4302,60	Aquisição de equipamento de informática
21/2007	08675001530/2007-29	6033,75	Aquisição de materiais elétricos
22/2007	08675002092/2007	5.328,00	Locação de impressoras
23/2007	08675001767/2007-18	2.940,94	Recarga de Cartuchos e <i>Toners</i>
24/2007	08675002013/2007-77	7.450,00	Aquisição de toldos
25/2007	08675002455/2007-13	1770,00	Aquisição de materiais gráficos
26/2007	08675002323/2007-91	4.450,50	Medalhas de condecoração
27/2007	08675002297/2007-00	3.598,00	Aquisição de servidores de rede

PREGÃO			
Nº do Pregão	Nº do processo	Valor (R\$)	Quantidade/serviço/ Descrição
01/2007	08675000361/2007-18	107.113,00	Empresa prestadora de serviços de manutenção (mecânica) para as viaturas da regional.
02/2007	08675000413/2007-48	20.857,45	Aquisição de pneus

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO			
Modalidade	Nº do processo	Valor	Quantidade/serviço/ Descrição
Adesão	08675003398/2007-90	8130,00	Aquisição de máquina de recarga de munição
Adesão	08675000358/2007-96	10125,60	Aquisição de material de expediente
Adesão	08675001414/2007-18	8830,98	Aquisição de material de consumo para utilização em saúde
Adesão	08675000619/2006-97	17059,00	Aquisição de cones sinalizadores
Adesão	08675001528/2007-50	57.083,57	Aquisição de uniforme policial para o 1º DRPRF/DF
Adesão	08675002296/2007-57	139.635,00	Aquisição de kit para talão eletrônico
Adesão	08675003439/2007-48	7.079,84	Aquisição de material de expediente

8. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

No exercício de 2007, o 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal não beneficiou nenhuma instituição com renúncia fiscal.

9. Conclusão

As informações prestadas no presente instrumento procuram demonstrar a busca constante da eficiência na gestão da Unidade, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, principalmente quanto às restrições orçamentárias e na desproporcionalidade do efetivo em face das atribuições e competências.

Toda a gestão desta unidade teve como finalidade alcançar as metas traçadas pelas ações de governo na área de segurança pública nas rodovias federais, buscando a satisfação e o respeito da sociedade, razão de existir da Polícia Rodoviária Federal.

Assim, o 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal continuará a unir esforços no sentido de aprimorar os mecanismos de gestão visando garantir maiores resultados com os recursos humanos e financeiros de que dispõe.

Brasília 29 de Fevereiro de 2007

ALEX SANDRO KLEIN DA FONSECA
Chefe do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

Anexo A - Demonstrativo de Tomadas de Conta Especiais

No exercício de 2007 não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais no âmbito do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, de sorte que não foram verificadas ocorrências relacionadas a recolhimento do débito antes do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União, na forma do item 12 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

Na mesma esteira, em atendimento ao item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, cabe consignar que não foram verificadas Tomadas de Contas Especiais cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa nº 13/1996.

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

No exercício de 2007 não foram registradas perdas, extravios ou outras irregularidades pelo 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo

O 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal não efetuou gastos através de cartão corporativo.

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle

1. Tribunal de Contas da União

Não houve recomendações ou determinações ao 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal pelo Tribunal de Contas da União.

2. Controladoria-Geral da União

Relatório nº: 189603

2.1. Item do Relatório de Auditoria:

2.1.1. Recomendação:

a) Promover recolhimento ao erário, pelo infrator, do valor correspondente à multa aplicada.

2.1.2. Providências adotadas:

Foram finalizados processos de apuração dos responsáveis pelas respectivas multas, com recomendação dos recolhimentos, conforme documentos comprobatórios.

2.1.3. Resultados obtidos:

A multa em questão foi devidamente paga pelo condutor responsável regularizando a pendência.

2.2. Item do Relatório de Auditoria:

2.2.1. Recomendação:

a) Providenciar recolhimento, quando for o caso de restituição de diárias, dentro do prazo de 5 dias contados da data do retorno do servidor, conforme estabelece o Art. 7º do Decreto nº 5992, de 19.12.2006, bem como anexar os comprovantes das restituições nas PCD's correspondentes.

b) Promover gestões junto ao DPRF para que as liberações orçamentárias sejam efetuadas tempestivamente de modo a atender o estabelecido no Art. 5º do Decreto nº 5.992, de 19.12.2006, no que se refere ao pagamento antecipado das diárias, bem como fazer constar das PCD's documentos que caracterizem as situações de exceção elencadas no artigo mencionado.

2.2.2. Providências adotadas:

Estamos envidando esforços no sentido de que tais ocorrências não se tornem rotina quanto às falhas apontadas nas concessões de diárias. Informamos também à Unidade Central (DPRF) sobre a disponibilização dos recursos em tempo hábil para o devido pagamento.

2.2.3. Resultados obtidos:

As liberações orçamentárias passaram a ser mais ágeis possibilitando o cumprimento dos prazos.

2.3. Item do Relatório de Auditoria:

2.3.1. Recomendação:

a) Recomenda-se à Unidade que evite a fragmentação de despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme dispõe o Acórdão TCU Nº 1386/2005, segundo Câmara.

2.3.2. Providências adotadas:

A Unidade concorda com a proposta da Auditoria e adotará providências para tais procedimentos não sejam repetidos.

2.3.3. Resultados obtidos:

Ainda em 2007 foi utilizado o Sistema de Registro de Preços para aquisições em conjunto com o DPRF como participante e de *carona* em licitações de outros órgãos. Obtivemos assim ganho em economia de escala e agilidade nas aquisições com um melhor aproveitamento de recursos. No último trimestre de 2007 o 1º DRPRF/DF capacitou 03 policiais em um curso para formação de pregoeiros realizado pelo DPRF para que, no exercício de 2008, essa modalidade de licitação seja utilizada com maior frequência.

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício

No exercício de 2007 não foi realizado nenhum tipo de transferência elencada no item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007. Da mesma forma, não houve outros tipos de transferências envolvendo recursos financeiros, tais como transferências de materiais ou acordos de cooperação técnica, relevantes para avaliação da gestão da unidade.

Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Os atos de registro de aposentadorias e pensões (SISAC) são efetuados pela Unidade Central – DPRF.